



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CERRO LARGO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNA ZIMMER

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA
DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS NO PORTAL CAPES

CERRO LARGO
2018

BRUNA ZIMMER

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA
DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS NO PORTAL CAPES**

**Trabalho de conclusão de Curso de graduação
apresentado ao curso de Administração da
Universidade Federal da Fronteira Sul, como
requisito parcial para obtenção de grau de
Bacharel em Administração.**

Orientador: Prof. Dr. Ari Sohte

CERRO LARGO

2018

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Zimmer, Bruna

POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE
BIBLIOMÉTRICA DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS NO
PORTAL CAPES/ Bruna Zimmer. -- 2018.
74 f.:il.

Orientador: Ari Söthe.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Administração , , 2018.

1. Políticas Públicas em educação. 2. Estudos
Nacionais. 3. Análise Bibliométrica. I. Söthe, Ari,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

BRUNA ZIMMER

**POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA
DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS NO PORTAL CAPES**

Trabalho de conclusão de Curso de
graduação apresentado ao curso de
Administração da Universidade Federal da
Fronteira Sul, como requisito parcial para
obtenção de grau de Bacharel em
Administração.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

20 / 06 / 2018

Banca examinadora:

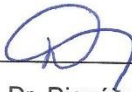


Prof. Dr. Ari Söthe - UFFS

Orientador



Prof. Manoel do Nascimento Filho – UFFS



Profa. Dr. Dionéia Dalcin - UFFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e saúde para chegar até este momento.

A minha família por todo apoio e amor ao longo desta caminhada, que sem eles com certeza nada disso seria possível. Como também o apoio de meus amigos e colegas que de uma maneira ou outra também fizeram parte desta conquista.

Ao meu orientador professor Ari Söthe, pela paciência ao me orientar e por todas as instruções passadas.

“Uma pessoa que nunca cometeu um engano, é porque nunca tentou fazer nada.”

(Albert Einstein)

RESUMO

As discussões acerca do tema Políticas Públicas em educação são muito amplas e caminham desde a construção de uma escola, formação de um professor, merenda escolar, transporte escolar, salário de professores até a qualidade do ensino em si, ou seja, tudo o que interfere para que a educação seja efetiva implica em uma política pública. A presente pesquisa teve como objetivo geral os estudos científicos sobre políticas públicas em educação publicados no portal de periódicos CAPES, no período de 2013 a 2017, A metodologia utilizada foi a análise Bibliométrica no portal de periódicos CAPES. A análise dos dados foi realizada de modo a atender aos objetivos específicos: realizou-se primeiramente a verificação de quais seriam os principais autores e periódicos que concentram as publicações sobre o tema; identificou-se os principais métodos e as técnicas utilizadas em estudos sobre a temática de políticas públicas em educação; verificou-se as áreas de investigação no tema políticas públicas em educação dos estudos selecionados. Em relação aos principais autores, constatou-se que não há, pois nenhum autor foi repetido nos cinquenta e cinco (55) artigos selecionados. Em relação aos periódicos, a Laplage em Revista foi a que mais se destacou concentrando a maioria de artigos publicados e tendo uma considerável variedade de periódicos. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, o procedimento utilizado foi a revisão bibliográfica e o objetivo mais utilizado foi o descritivo, inferindo o caráter subjetivo do tema.

Palavras-chave: Políticas Públicas em Educação. Estudos Nacionais. Análise Bibliométrica.

ABSTRACT

Discussions regarding Public Politics in education are rather high, concerning from school building, to teacher academic formation, school lunch, school transportation, teacher's income and even the quality of education itself, in other words, everything that interferes on the education effectiveness, implies a public politic. The following study aimed for the scientific searches about public politics in education published on CAPES articles, during the period from 2013 to 2017. As methodology a bibliographic analysis was utilized on the CAPES journal portal. Data analysis was accomplished in order to comply with the specific objectives. Thus, initially was performed a verification on which would be the preeminent authors and articles that focused on the theme; the identification of main methods and techniques utilized on studies about public politics in education; next, it was analyzed the investigation area regarding public politics in education of the selected studies. Therefore, it was attested that there aren't preeminent authors, once none of the authors were mentioned twice on the fifty five (55) selected articles. Regarding to the articles, the Laplage Magazine was the predominant, concentrating most of the published articles, containing a considerable amount of articles. Most of the methods and techniques were, as for the approach, qualitative searches, with bibliographic proceedings, and regarding to the objective the most utilized was the descriptive study. Implying the subjective character of the theme.

Keywords: Public Politics in Education. National Studies. Bibliographic Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo das Políticas Públicas	19
Figura 2 - Rede da quantidade de autores por artigo	33
Figura 3 - Rede dos autores e coautores	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definições de Política Pública	14
Quadro 2 - Fatos históricos que construíram as políticas públicas em educação nos anos 2000.....	24
Quadro 3 - Estudos anteriores sobre Políticas Públicas em Educação.....	26
Quadro 4 - Matriz de Síntese	31
Quadro 5 - Classificação Qualis	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Publicações sobre políticas públicas de educação por periódico e ano.	36
Tabela 2 - Políticas Públicas abordadas por ano	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos artigos por ano	37
Gráfico 2- Distribuição dos artigos sobre políticas públicas em educação quanto ao objetivo	42
Gráfico 3 - Distribuição dos artigos sobre Políticas Públicas em Educação quanto ao procedimento de pesquisa	43
Gráfico 4 - Distribuição dos artigos de Políticas Públicas em educação quanto a abordagem	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 OBJETIVOS	10
1.1.1 Objetivo Geral	10
1.1.2 Objetivos específicos	10
1.2 JUSTIFICATIVA	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	13
2.1.1 O processo de formulação de uma Política Pública	17
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	20
2.2.1 Principais Políticas Públicas em Educação a partir do ano 2000	23
3 METODOLOGIA	28
3.1 IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E SELEÇÃO DA QUESTÃO DE PESQUISA	29
3.2 ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS DE INCLUSÃO	30
3.3 RECONHECIMENTO DOS ESTUDOS SELECIONADOS E PRÉ SELECIONADOS	30
4 ANÁLISE DOS DADOS	32
4.1 PRINCIPAIS AUTORES E PERIÓDICOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	32
4.2 IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS INVESTIGADAS, MÉTODOS E TÉCNICAS.	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A – MATRIZ DE SÍNTESE	56
APÊNDICE B – PORTAL UTILIZADO PARA BUSCA DOS DADOS	9
APÊNDICE C - PORTAL UTILIZADO PARA A CLASSIFICAÇÃO QUALIS	10

1 INTRODUÇÃO

As Políticas Públicas estão se tornando foco de crescente atenção na sociedade nas últimas décadas, decorrente a isso cresce a preocupação no âmbito governamental e acadêmico através do aprimoramento dos processos de formação, elaboração, implantação e avaliação de tais políticas (QUEIROZ, 2012).

As Políticas Públicas têm sua origem vinculada à formação do Estado Social com o principal objetivo de concretizar os direitos sociais. As Políticas Públicas atendem não somente aos direitos sociais, mas também ao setor econômico, cultural, às questões ambientais, biodiversidade e ao desenvolvimento da sociedade como um todo (BOFF; SOUZA; STAHLHOFER, 2015).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) representa um marco jurídico e político no processo de reconhecimento dos direitos, visto que consolidou, em norma fundamental, mudanças legislativas anteriores na área dos direitos coletivos, além de fornecer as bases para a ampliação de novos direitos transindividuais. Nesse cenário, os direitos coletivos se revestiram de caráter social, de forma que devem ser firmemente defendidos pelo bem da coletividade (TERRA; TRINDADE; MASSIERERER, 2014, p.7).

Segundo Bucci (2006); Boff; Souza; Stahlofer (2015), as políticas públicas têm relação entre Direito e Política, pois estão fundamentadas em Lei, sob o princípio da legalidade e, interessam ao poder público. O Estado deve atender à necessidade constitucional de políticas públicas. Os autores complementam ainda que, “as políticas públicas, amparadas por seu suporte legal, efetivam-se por meio de ações ou programas governamentais transdisciplinares que, dependendo do seu horizonte temporal, serão considerados políticas de governo ou políticas de Estado” (BOFF; SOUZA; STAHLHOFER, 2015, p.7).

“Políticas Públicas de Educação e o movimento contemporâneo de inclusão escolar no Brasil pressupõem que a educação é um direito de todos os indivíduos, com ou sem deficiência, contribuindo para a possibilidade de escolas democráticas e uma sociedade justa e humana” (COSTA, 2007).

Portanto, “políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem” (OLIVEIRA, 2010).

Oliveira (2010) complementa ainda que “tal sistema, se apresenta fundamental para a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando-se como partes de um processo de interações complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado”.

O questionamento que se pretende responder na presente pesquisa é: Quais estudos científicos sobre Políticas Públicas em educação estão publicados no portal de periódicos CAPES, no período de 2013 a 2017?

O tema das políticas Públicas em educação perpassa diversos artigos. No desenvolvimento do presente trabalho analisa-se estudos científicos sobre políticas públicas em educação a partir do portal CAPES.

1.1 OBJETIVOS

Esta seção apresenta o objetivo geral proposto pelo estudo e os objetivos específicos que o complementam.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar os estudos científicos sobre políticas públicas em educação publicados no portal CAPES, no período de 2013 a 2017.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos para atingir o objetivo geral do estudo, buscam:

- a) Verificar quais os principais autores e periódicos que concentram as publicações sobre o tema;
- b) Identificar os principais métodos e as técnicas utilizadas em estudos sobre a temática de políticas públicas em educação;
- c) Verificar as áreas de investigação no tema políticas públicas em educação dos estudos selecionados.

1.2 JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento do presente estudo justifica-se em razão da relevância do tema das políticas públicas em educação, como meio de efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal brasileira. Entre os direitos sociais relacionados no artigo 6º estão a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. A educação é um direito social e a sua efetivação depende de ações governamentais aliado aos princípios fundamentais da igualdade e do objetivo de buscar concretizar uma sociedade mais justa (ROSA, 2011).

Desse modo, a análise das pesquisas sobre a temática torna-se necessária pela possibilidade da identificação de questões recorrentes nos estudos acadêmicos, contemplando possíveis fatores como desafios enfrentados, limitações da pesquisa e sugestão de novos trabalhos na área (NINAUT; MATOS; MAFIOLETTI, 2009).

Em relação a formação acadêmica, os estudos realizados no campo dos estudos organizacionais, especialmente relacionado a políticas públicas, estabelecem ao acadêmico (pesquisador) a possibilidade de desenvolvimento dos métodos e instrumentos de busca. Tudo isso impulsionado pela possibilidade de melhoramento da formação técnica do indivíduo, aportado na qualificação doutrinária e administrativa.

[...] Legislações brasileiras reformuladas têm defendido uma educação de acesso a todo cidadão, de qualidade e uma iminente inserção no mercado profissional e no mundo do trabalho. Mas nem sempre se tornam realidade esses discursos, não passando de meras ilusões e uma pseudoeducação. Pois milhares de crianças, adolescentes e jovens, mesmo matriculados em uma escola, permanecem excluídos de uma educação participativa, democrática, conscientizadora, dialógica, autônoma e afetiva. (PIANA, 2009, p. 57).

Por isso, a compreensão das políticas públicas relacionado ao contexto da educação e desenvolvida no âmbito acadêmico, se apresenta como ferramenta para o entendimento, tanto da comunidade acadêmica como também da comunidade externa, dos diferentes fenômenos sociais presentes na realidade atual (SOUZA, 2006).

A possibilidade do reconhecimento da realidade do impacto de tais políticas, contribui para abertura e inserção de múltiplos encaminhamentos em direção a estratégias que viabilizem a superação dos possíveis obstáculos enfrentados na

atualidade brasileira. Como o Portal de periódicos é nacional, as políticas públicas em educação abordaram apenas o território nacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são abordadas as temáticas mais relevantes para o entendimento de conceitos de políticas públicas e seu envolvimento com diferentes fatores. Dentre eles está a questão da educação como elemento de análise, bem como, para a construção do tema do estudo contribuindo para o desenvolvimento e construção de políticas públicas em educação, na sua essência.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Queiroz (2012), Políticas Públicas compreende praticamente tudo o que é feito no âmbito do governo, podendo abranger tanto aspectos imateriais, como uma nova lei ou decreto, por exemplo, quanto um bem ou serviço disponibilizado à população, em forma de uma ação ou programa de governo. Estas diferem das políticas de governo, pois não possuem relação com o mandato de um governo e podem continuar existindo por várias administrações diferentes.

A discussão acerca das políticas públicas acabou ganhando novas proporções no decorrer das últimas décadas, através do avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos (OLIVEIRA, 2010). Segundo o mesmo autor, entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. E, essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos nas diferentes esferas da sociedade, que caracterizam as políticas públicas.

Souza (2006), considera que existem inúmeros fatores que contribuem para maior visibilidade da área de políticas públicas, sendo: 1) a adoção de políticas restritivas de gastos, que dominariam a agenda de diversos países, em especial aqueles em desenvolvimento; 2) políticas Keynesianas seriam substituídas por políticas restritivas de gastos e; 3) o fator de que em alguns países não se tem e há uma certa dificuldade em se elaborar e aplicar políticas públicas capazes de instigar o desenvolvimento econômico e promover inclusão social.

Políticas públicas, tradicionalmente, compreendem o conjunto das decisões e ações propostas geralmente por um ente estatal, em uma determinada área (saúde, educação, transportes, reforma agrária etc.), de maneira discricionária ou pela combinação de esforços com determinada comunidade ou setores da sociedade civil" (TUBE, 2010, p.1).

Tude (2010) ainda ressalta que Políticas Públicas eram tratadas pela ciência Política como *outputs* do sistema Público, seriam então, ações de um ente estatal a partir de demandas captadas, negociadas e transformadas da sociedade. Mais tarde, Políticas Públicas passam a ser concebidas como unidade de análise, sendo estudado o seu processo como um todo (*inputs + outputs*).

Rua (2009) também analisa Políticas Públicas sob o olhar de *outputs* do sistema público que compreende um conjunto de decisões e ações relacionadas à designação de valores. Faz-se necessário então distinguir política pública de decisão política. Políticas públicas envolvem mais decisões e demanda de ações estratégicas para implementar seus propósitos. A decisão política baseia-se em uma escolha dentre possibilidades, de acordo com a preferência dos atores envolvidos, manifestando a adequação entre os objetivos pretendidos e as maneiras disponíveis. Política pública resulta de uma decisão política, porém uma decisão política não constitui necessariamente uma política pública. A ementa constitucional para reeleição presidencial é uma decisão política, já a privatização de Estatais é uma política pública.

Outros autores, como Shiroma (2004) e Giron (2012), afirmam que o termo Política, na modernidade, reporta-se fundamentalmente à atividade ou ao conjunto de atividades que, de uma forma ou de outra, são realizadas pelo Estado moderno capitalista ou dele derivam.

Souza (2003) aborda o conceito de políticas públicas sobre algumas das principais definições, as quais são apresentadas no quadro 1.

Quadro 1 - Definições de Política Pública

Autor	Definição de políticas públicas
Mead (1995)	Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.
Lynn (1980)	Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
Peters (1986)	Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos.
Dye (1984)	O que o governo escolhe fazer ou não fazer.
Laswell (1958)	Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Fonte: Adaptado de Souza (2003).

Percebe-se no Quadro 1 as diferentes visões de Políticas Públicas que os autores mencionados tem e, todas elas tem como único foco as ações do governo para com as questões pública (SOUZA, 2003).

A análise de políticas públicas acontece por meio da abordagem sequencial, também denominada ciclo de políticas públicas. Tal modelo promove a separação das políticas públicas em fases: formulação, implementação e avaliação (FREY, 2000; MULLER; SUREL, 2002; SECCHI, 2010; LIMA; D'ASCENZI, 2013).

De forma simplificada, define-se as etapas da seguinte forma: a fase da formulação é composta pelos processos de definição e escolha dos problemas que merecem a intervenção estatal; a implementação refere-se à execução das decisões adotadas na etapa prévia e; a avaliação consiste na interrogação sobre o impacto da política pública (FREY, 2000; MULLER; SUREL, 2002; SECCHI, 2010; LIMA; D'ASCENZI, 2013).

O campo de estudos de implementação de políticas públicas encontra-se interligado às necessidades de desenvolvimento de melhorias tanto dos processos políticos, como também, administrativos, para que assim, permitam o incremento das atividades implementadoras (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Para Tude (2010) existem atores de Políticas Públicas, que interferem ou não, em seu processo de formulação, implementação ou avaliação, e seriam eles os Atores Estatais e os Atores Privados. Os atores Estatais são aqueles vinculados à Administração Pública, os políticos seriam os principais representantes, pois são eleitos pelo voto do povo apresentando sua proposta de governo, e o legislativo define as políticas públicas (vereadores e deputados). Já os atores Privados, são representados pelas mídias em geral, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, sindicatos, ou seja, aqueles que não estão diretamente ligados à administração Pública, mas procuram fazer parte das decisões do Estado.

As políticas estão sempre em processo de construção, de vir a ser, pois são fruto de múltiplas leituras de mundo, realizadas por diferentes atores sociais que estão inseridos num contexto contínuo de interpretações de mundo, não podendo, portanto, ser analisadas somente como procedimentos de produção e implementação (alguém que pensa e alguém que executa); a formulação e a efetivação das políticas públicas são procedimentos que vão acontecendo ao longo do processo, e que sofrem modificações e inferências dos diferentes setores envolvidos. (GIRON, 2012, p. 3).

Rua (1998), define os atores de Políticas Públicas como privados e públicos. Os atores privados seriam os empresários, que possuem grande influência, uma vez que suas atividades e decisões afetam a economia de um País. Eles controlam a capacidade de produção, parcelas do mercado e oferta de empregos. Já os atores públicos são aqueles que exercem funções públicas e mobilizam recursos relacionados a essas funções, eles dividem-se em políticos e burocratas. Os trabalhadores também são considerados atores e podem exercer seu poder através de ações organizadas, atuando em sindicatos, ONGs, e, dependendo do setor que atua, pode ter maior influência.

Os agentes internacionais, enquanto atores políticos (FMI, Banco Mundial), têm grande importância quando se refere a questões econômicas, pois podem afetar a economia e a política interna do País (RUA, 1998).

Ao observar a existência de atores de Políticas Públicas, pode-se identificar que eles são ferramentas de desempenho dos planejamentos políticos baseados na interferência do Estado e na vida social como forma de garantir a igualdade de oportunidades entre os cidadãos. Tem a finalidade de oferecer condições dignas de vida (LIMA; D'ASCENZI, 2013).

Percebe-se, portanto, que o controle e a solidificação de tais políticas provêm do fato das disparidades e das discriminações presentes na esfera social estarem cada vez mais acentuadas (STEFANELLO, 2009).

Certos autores defendem a existência de tipos de Políticas Públicas;

[...] O tipo e a qualidade das políticas públicas implementadas por um determinado governo dependem, exclusivamente, dos interesses econômicos e políticos defendidos pelo grupo que representa o poder estatal naquele momento histórico. A partir disso é que será determinado como, quando, a quem e no que aplicar os recursos públicos. Entendendo-se política como um processo que envolve negociação, contestação ou mesmo luta entre diferentes grupos não envolvidos diretamente na elaboração oficial de legislação, pode-se dizer, então, que não há uma definição única de política, nem tão pouco, uma demarcação clara entre política educacional e outras áreas da política social (OZGA, 2000 apud GIRON, 2012, p. 2).

Contudo, sob uma perspectiva mais operacional, pode-se dizer que Política Pública é um sistema de decisões públicas que objetiva ações ou omissões, preventivas ou corretivas, designada a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, através de objetivos e estratégias de atuação e da

alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos propostos (SARAVIA, 2006).

2.1.1 O processo de formulação de uma Política Pública

Para formular uma Política Pública, segundo Queiroz (2012), é necessário identificar um problema social ou uma demanda da sociedade, e este por sua vez. Deve possuir importância social. Os atores envolvidos são importantes para que determinada Política Pública seja inserida na agenda de prioridades do Governo onde o processo de formulação de política pública é tratado como um jogo Social (quem tem mais influência/poder “ganha”), que é o que se configura na sociedade atual.

As demandas e/ou problemas sociais podem ser reivindicações de bens e serviços, como saúde, educação, estradas, transportes, segurança pública, normas de higiene, previdência social, etc. Podem ser demandas de participação do sistema público, como o reconhecimento de direito ao voto de analfabetos, acesso à cargos públicos aos estrangeiros, direitos de greve, etc. Também podem ser demandas de controle de corrupção, de preservação ambiental, de informação política, entre outros (RUA, 1998).

Queiroz (2012) ressalta que para o sucesso de uma Política Pública é importante observar o ambiente em que ela será inserida e os atores nela envolvidos. Em ambientes democráticos, as Políticas Públicas resultam de trocas entre os atores envolvidos no decorrer do tempo e sua capacidade de colaborar nos processos de formulação e de execução de uma Política Pública.

Para Saraiva (2006), é interessante distinguir a elaboração da formulação. Elaboração é a preparação da decisão política, já formulação é a decisão política ou a tomada de decisão por um político e sua formalização através de uma norma jurídica. É considerado ainda que para o processo de formação de Políticas Públicas deve-se atentar para as fases de agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação.

A agenda é o primeiro momento, onde se é inserido determinado pleito ou demanda social na agenda, na lista de prioridades, do poder público. Em seguida, é identificado e delimitado um problema atual ou potencial, faz-se a elaboração de alternativas para sanar o problema, avalia-se os custos e efeitos de cada uma delas

e estabelece-se as prioridades, este momento é chamado de elaboração (SARAVIA, 2006).

A terceira fase, citada por Saravia (2006) é a formulação, que seleciona e especifica a alternativa mais pertinente, faz-se a declaração da decisão tomada, define-se seus objetivos e marco jurídico, administrativo e financeiro, ou seja, sua formalização. Em seguida vem a fase de implementação, que consiste em elaborar os planos, programas e projetos que permitirão colocar em prática/executar a política pública.

A execução consiste em atingir os objetivos propostos pela política pública, através de ações. Faz-se o estudo dos obstáculos e a análise burocrática. Na fase de acompanhamento, como o próprio nome sugere é o processo de acompanhar a execução da política pública, para se necessário corrigir erros de execução, a fim de atingir os objetivos propostos (SARAVIA, 2006).

A última fase é a avaliação, onde é feita a análise da política pública implementada, buscando identificar quais efeitos elas causaram na sociedade (SARAVIA, 2006).

Para Queiroz (2012), temos que ver quais os programas governamentais propostos para solucionar ou diminuir problemas sociais como um processo. Esta ideia de processo está insertada no modelo brasileiro de formulação e gestão de políticas governamentais, por meio de instrumentos, como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), possibilitando aos programas governamentais serem geridos em forma de um ciclo permanente. Este ciclo divide-se em fases: identificação do problema, formação da agenda, formulação, execução, avaliação e reprogramação.

O governo ou uma entidade identifica uma situação problema da sociedade, forma-se então uma agenda que será (no caso do governo) inserida na lista de prioridades do Governo. Os tomadores de decisão através de um processo deliberativo concebem uma política pública. Esta seria a fase de formulação ou planejamento, e teria tarefas como pesquisa e análise de um problema em questão. Realiza-se então a definição de metas físicas e financeiras, entre outras. Após formulada e aprovada, a política pública é implementada por órgãos criados para esta finalidade. É feito então, a avaliação, onde se analisa se as metas estabelecidas foram atingidas (QUEIROZ, 2012).

A Etapa final do ciclo é a reprogramação, onde é efetuado ajustes e correções necessários para a aproximação das metas estabelecidas. Assim, constitui-se o Ciclo de uma política pública (Figura 1).

Figura 1 - Ciclo das Políticas Públicas



Fonte: Adaptado de Queiroz, 2012.

Queiroz (2012), afirma que é possível utilizar um conjunto de ferramentas de suporte na escolha, na formulação e na gestão de políticas públicas. Tais ferramentas são:

a) Matriz de decisão: método simples para priorizar e/ou escolher as políticas públicas a serem executadas em certo contexto. Aspectos como o valor político do programa em questão, quantidade de recursos exigidos, impacto socioeconômico, complexidade da execução e tempo de visualização dos resultados, podem fazer parte da Matriz e assim serem atribuídos pesos diferentes.

b) Árvore de problemas e de soluções: servem para delimitar o problema foco que será causa de uma política pública, identificando as razões do problema. É necessário a precisa identificação do problema para que não se tome uma decisão equivocada. A árvore de soluções constitui-se de ações para solucionar o problema identificado.

c) Análise de interesses: utilizada para identificar e analisar os arrolamentos de interesses entre os principais atores sociais, que poderiam contribuir ou atrapalhar a execução de uma política pública.

d) Marco lógico: se estrutura em forma de relação causa-efeito e de meio e fim, está presente desde a formulação até a execução e reprogramação de uma política pública, apontando possíveis interferências externas.

O aperfeiçoamento da eficiência e da efetividade das políticas públicas se mostra uma necessidade imprescindível para os países em desenvolvimento, caso das nações da América Latina, pois esse aperfeiçoamento é essencial para fomentar a competitividade com os países desenvolvidos (QUEIROZ, 2012).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

Estudos tem relacionado educação com fatores como a mobilidade social, emprego, rendimentos do trabalho, níveis de qualificação, produtividade, inovação, percepções de bem estar e realização pessoal. Incitam que a educação alcançará lugar de destaque em uma política desenvolvimentista (KERSTENETZKY, 2015). O autor, define a educação como

Gasto público que cria empregos e impulsiona a atividade econômica, contribuindo para melhorar o perfil do mercado de trabalho do setor de serviços, o qual tem sido o maior gerador de empregos (em boa medida precários) das sociedades pós-industriais, Brasil incluído. (KERSTENETZKY, 2015. p. 133).

A educação foi um dos primeiros setores no Brasil a ser institucionalizadas como objeto de política pública no Brasil. Em 1890 o país já dispunha de serviços estruturados de alfabetização, educação básica, superior, que acompanhavam programas de distribuição de livros didáticos e alimentos, para alunos de alguns níveis educacionais (DANIELE; PAMPLONA, 2017).

Em 20 de dezembro de 1996 Fernando Henrique Cardoso (ex-presidente do Brasil) sancionava a Lei de diretrizes e bases da educação Nacional (LDBEN). A aprovação da LDB constituiu-se de um marco histórico importante para a educação brasileira, esta reestruturou a educação escolar, reformulando os níveis e modalidades de educação. Assim, foi desencadeado um processo de implementação de reformas, políticas e ações educacionais (SOUZA, 2015).

Da forma que se configura, o direito à educação pode ser traduzido em dois aspectos: a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola, mediante educação com nível de qualidade semelhante para todos. O direito à

educação apresenta característica relevante para o crescimento individual, porém igualitário do ponto de vista social, visto que a sua afirmação parte do pressuposto que a escolarização se encontra como elemento articulador para uma possível nivelção das desigualdades. Com base nisso, a partir de 1917, a escolarização foi transformada em responsabilidade estatal e de cunho social pela maioria dos países mediante inscrição em textos constitucionais (SACRISTÁN, 2000).

Portanto, o direito à educação, diferentemente dos demais direitos sociais, encontra-se vinculada à obrigatoriedade escolar, uma vez que se entende que as crianças não se encontram em condições de negociar se querem ou não irem à escola. Portanto, a educação é ao mesmo um direito e uma obrigação, não havendo a possibilidade de não fazer uso dos serviços educacionais, mesmo na perspectiva de emancipação. Daí a relação estreita entre direito à educação e educação obrigatória (HORTA, 1998).

Um possível marco histórico para o processo de consolidação das políticas públicas em educação, é a Constituição Federal de 1988, documento que se apresenta como constituição democrática de direito. Após um breve transcurso pelos períodos históricos que antecederam esse documento, vimos que a educação se apresenta como direito ao cidadão no que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais. A educação está configurada no artigo 6º como um direito social e também elencada nos artigos 205 a 214 do mesmo diploma legal (SAVELI, 2010). Contudo, Políticas Públicas educacionais ou políticas públicas em educação, é tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer na educação, são as decisões que o governo toma e que incidem no ambiente escolar (ensino-aprendizagem). Estas decisões seriam a construções de prédios, contratação de profissionais, formação de professores, carreira, valorização do profissional, matriz curricular, gestão escolar, transporte escolar, dentre outras (OLIVEIRA, 2010).

Muitas políticas educacionais foram lançadas por todos os setores do Governo Federal, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos na constituição. Algumas delas são: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE); Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Programa Bolsa Família; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE); Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); Sistema de Seleção Unificada (SISU); Programa Universidade

para Todos (PROUNI); Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA) (FERREIRA; NOGUEIRA, 2010).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) vem como um financiamento da educação no Brasil que tinha como objetivo principal a universalização do Ensino Fundamental. Implantado no Brasil em 1º de janeiro de 1998 e constituído por 15% dos principais impostos e transferências constitucionais (Fundos de Participação) de Estados e Municípios, os recursos do Fundo deveriam ser repartidos entre essas duas esferas de governo, conforme o número de alunos matriculados no ensino fundamental (SANTOS, 2010).

Em 2007, o FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB que, diferentemente do anterior, reúne todas as modalidades e etapas da educação básica: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, ensino profissionalizante, educação indígena (SANTOS, P. 3).

O PNLD foi destinado às escolas públicas brasileiras, onde os professores deveriam escolher quais livros iriam adotar em suas aulas e estes só serão substituídos a cada três anos. Após a escolha é realizado o preenchimento de um formulário, que pode ser impresso ou virtual, para garantir o pedido (BRASIL, 2007).

O acesso ao ensino superior por uma grande parcela da população só foi possível através de políticas públicas, exemplos são o SISU e PROUNI, que objetivam a ampliação de vagas em instituições de ensino superior. As Políticas de cotas também abriram oportunidades para cidadãos de baixa renda e negros ingressarem em uma graduação (BRASIL, 2007).

Segundo Santos (2015), aproximadamente um quarto da população brasileira se considerava analfabeta no Censo de 1980. Já em 2010, essa população era inferior a 10% e estava concentrada na população de idade avançada.

Se a somarmos àqueles que declararam ter no máximo três anos de estudo –nível de escolaridade usualmente interpretado como analfabetismo funcional --, verificamos que aqueles que não dominam habilidades básicas de leitura e escrita representavam quase metade da população brasileira em 1980. Somados, este totalizavam, em 2010, 31,5 milhões de pessoas; sua participação no universo total havia caído para pouco menos de um quarto da população brasileira. A conclusão é evidente: a população que usualmente é interpretada como dispendo de menos recursos educacionais declinou significativamente nos últimos trinta anos. (SANTOS, 2015, p. 58).

O tópico a seguir (2.2.1), aponta algumas Políticas Públicas em educação criadas no Brasil, que se fizeram importantes para a sociedade.

2.2.1 Principais Políticas Públicas em Educação a partir do ano 2000

A educação tem sido um assunto bastante difundido no Brasil especialmente nos últimos anos. Torna-se relevante destacar que profissionais atuantes na área da educação, cada vez mais, aprofundam o conhecimento sobre o tema no intuito da melhor compreensão sobre o histórico dessa modalidade de educação, bem como, os fatores internos e externos que levam o Estado e a sociedade privada a pensarem políticas, projetos e programas voltados para o ensino (AZEVEDO, 2004).

Desse modo, o estudo intitulado “Políticas públicas educacionais no Brasil: Tecendo fios”, apresentado por Santos (2011), apresenta uma breve contextualização sobre a trajetória das políticas públicas em educação a partir dos anos 2000, levando em consideração diferentes fatores que ajudaram a construir tal linha do tempo.

A gestão do primeiro pode ser caracterizada pela falta de políticas regulares e ações estruturantes na educação que objetivassem se contrapor ao movimento iniciado no governo anterior (PINTO, 2009). Conforme o Quadro 2, destacam-se, algumas das medidas implantadas.

Quadro 2 - Fatos históricos que construíram as políticas públicas em educação nos anos 2000

Programa do Governo	Descrição
O Programa Universidade para Todos – PROUNI.	Lançado em 2004, consiste em concessão de bolsas de estudo para alunos de graduação em universidades privadas. São concedidas bolsas parciais para os estudantes cuja renda familiar, por pessoa, seja de até três salários mínimos, e bolsas integrais para aquelas cuja renda familiar é inferior a um salário e meio. Como forma de incentivar as universidades a participarem do programa, tem sido oferecida a isenção de impostos.
Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).	Lançado em 2007, objetiva a ampliação de vagas nas Universidades e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação.
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB.	Em vigor desde janeiro de 2007, encaminha recursos para a toda a Educação Básica, substituindo o FUNDEF, que vigorou de 1997 até 2006.
O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.	Lançado em 2007, diferentemente dos outros programas, constitui-se em uma espécie de programa guarda-chuvas, sob o qual se alinham os demais programas e ações do governo para toda a educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior e pós-graduação). Pretende-se, ao que me parece, uma ação sistêmica por parte do governo

Fonte: Adaptado de Pinto, 2009.

Segundo Pinto (2009), a última ação/programa/política citada merece maior atenção pela sua complexidade. Isto devido ao fato que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), apresentado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, constitui-se em um conjunto de 52 ações, sendo que algumas delas foram incorporadas e outras foram sendo criadas. Tais ações encontram-se organizadas em quatro eixos, que são: Educação Básica; Educação Superior; Educação Profissional e Tecnológica e; Alfabetização e Educação Continuada.

O PDE, segundo Saviani (2007), foi bem recebido pela sociedade e muito divulgado pela imprensa, e foi criado no intuito de ser um plano que finalmente iria combater o problema da qualidade da educação no Brasil.

O Plano de Desenvolvimento da Educação realizou uma série de ações, dentre elas destaca-se o Índice de qualidade, Provinha Brasil, transporte escolar, gosto de ler, Brasil alfabetizado, luz para todos, Piso do magistério, Formação, Educação Superior, Acesso facilitado, Biblioteca na escola, Educação profissional, Estágio, Pró-infância, Salas multifuncionais, Pós-doutorado, Censo pela internet, Saúde nas escolas, Olhar Brasil, Mais educação, Educação especial, Professor equivalente, Guia de tecnologias, Coleção educadores, Dinheiro na escola, Concurso, Acessibilidade, Cidades-polo e inclusão digital (SAVIANI, 2007).

O Prouni foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, com o objetivo de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequências de formação específica, em instituições de ensino superior privadas para egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas (DANIELE; PAMPLONA, 2017).

Para participar do Programa universidades para todos (Prouni), é necessário ter feito o Exame nacional do ensino médio (ENEM) no ano anterior, e obtido no mínimo 450 pontos de média nas provas e não ter obtido nota zero na redação (fase regular). Professores da rede pública de ensino podem concorrer a vagas remanescentes no programa, respeitando os critérios anteriormente apontados (DANIELE; PAMPLONA, 2017).

Muitas são as opiniões acerca das Políticas educacionais brasileiras, Catani; Hey; Giolli (2006), afirma que o Prouni promove uma política pública de acesso à educação superior, porém não se interessa tanto com a permanência do estudante componente fundamental para sua democratização. Pela concepção de assistência social, oferecendo benefícios e não direitos aos bolsistas.

O Quadro 3 apresenta um conjunto de estudos desenvolvidos nos últimos anos sobre o tema e suas contribuições para a pesquisa.

Quadro 3 - Estudos anteriores sobre Políticas Públicas em Educação.

Autores (ano)	Objetivo geral	Resultados	Contribuições para este trabalho
Araújo (2011)	Analisa as relações entre os problemas de acesso, permanência e qualidade da educação, destacando as desigualdades sociais e regionais e sua relação com o direito à educação no Brasil.	Evidencia a necessidade de reflexão sobre a dívida histórica do país com a constituição de um sistema nacional de ensino e com a garantia do direito à educação.	Base para formular os questionamentos (justificativa, referencial teórico, conclusão) deste trabalho.
Terra; Trindade; Massierer (2014)	As consequências das supramencionadas políticas, seja pelo seu viés de efetividade, seja pela inefetividade no que tange ao direito à educação.	É por intermédio da efetivação das Políticas Públicas educacionais que se torna possível propiciar a efetivação do direito fundamental à educação.	Reforça a importância da realização deste trabalho, trazendo o questionamento de se fazer cumprir o que está no papel (efetivação das Políticas Públicas).
Souza (2006)	Faz uma revisão dos principais conceitos e modelos de formulação e análise de políticas públicas, buscando sintetizar o estado-da-arte da área, ou seja, mapear como a literatura clássica e a mais recente tratam o tema.	O principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/ regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.	Contribui para o devido esclarecimento dos conceitos relacionados a temática.

(continua...)

(Continuação...)

Santos (2011)	O percurso das políticas públicas educacionais no Brasil.	Ao longo do tempo, houve um processo de complexificação dos direcionamentos da política educacional no Brasil.	Clareza quanto aos processos históricos em que passaram as políticas públicas em educação, para se chegar aos moldes que vemos hoje.
Daniele; Pamplona (2017)	Resultados do PROUNI em relação a dois critérios: suas formas de fiscalização e controle e o desempenho dos alunos bolsistas no ENADE.	Constatou-se que aqueles alunos com bolsa tem mais tempo para estudar e por razão disto, possuem melhor desempenho.	Efetivação de uma Política Pública.
Arruda; Arruda (2015)	Ampliação da educação à distância(EaD).	É um movimento de política pública educacional emergencial.	Reforçar a importância da discussão sobre Políticas Públicas educacionais.

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Tais estudos contribuíram para um melhor delineamento da pesquisa, o direcionamento do curso a se tomar e ter clareza sobre o tema em questão (Políticas Públicas em Educação).

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta a metodologia adotada neste estudo, bem como a apresentação e caracterização dos passos metodológicos.

A pesquisa é composta por uma análise Bibliométrica, com a coleta de dados realizada no portal da CAPES. Dessa forma, “A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIM, 1977, p. 38 apud SÖTHE et al., 2014, pg. 7).

Pritchard (1969, p. 349) apud Treinta et. al. (2012), define bibliometria como sendo “[...] todos os estudos que tentam quantificar processos de comunicação escrita [...]”.

Sendo assim, “[...] A finalidade central da análise Bibliométrica é, com a utilização de métodos quantitativos, gerar uma avaliação objetiva de resultados da produção científica.” (TREINTA, et al., 2012, p. 1).

Segundo Rudio (1978) apud Andrade; Jung (2013) o enquadramento metodológico da pesquisa torna-se necessário para a compreensão dos procedimentos metodológicos, levando-se em consideração duas dimensões: objetivos da pesquisa, natureza da pesquisa.

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa é classificada como descritiva. Conforme a concepção de Triviños (1987) apud Gerhardt; Silveira (2009), a pesquisa descritiva é usada como método de busca caracterizado pela série de informações sobre o objeto de pesquisa. Esse estudo tem por pretensão a descrição dos fatos e fenômenos de determinada realidade ou situação.

A pesquisa classificou-se como análise quantitativa. Richardson (1999), considera que a pesquisa quantitativa caracteriza-se pela quantificação, seja na modalidade de coleta de informações ou pelo tratamento através de técnicas estatísticas, sejam elas simples ou complexas. Raupp; Beuren (2013, p. 92) complementam ainda que, “a abordagem quantitativa é frequentemente aplicada nos estudos descritivos”.

A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da

experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT, BECKER E HUNGLER, 2004, p. 201).

Quanto aos procedimentos de coleta dos dados a pesquisa é classificada como bibliográfica. Que “consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa” (AMARAL, 2007, p. 5).

3.1 IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E SELEÇÃO DA QUESTÃO DE PESQUISA

A primeira etapa iniciou-se com a construção do método bibliométrico. Foi definida a delineação da estratégia de busca, dos descritores e a definição da base de dados.

A coleta de dados foi realizada no mês de abril de 2018, sendo assim, o processo deu-se pela busca dos bancos de dados adotados pela pesquisa, o Portal de Periódicos CAPES, ou seja, fonte secundária.

Para o início do processo de busca na biblioteca virtual, foram definidos os descritores (palavras-chave) que formaram a estratégia de busca. Os descritores utilizados na estratégia foram os seguintes: “políticas públicas em educação” e “políticas públicas em educação”.

Foi acessado, por parte do pesquisador, o portal selecionado Este apresentou diferentes ferramentas de busca (busca avançada, período, título, assunto, autor, tipo de material, entre outras), contribuindo assim para o refinamento das temáticas de pesquisa.

Na guia busca avançada, foi selecionado o filtro “no assunto”, em seguida “contém”, escreve-se então a palavra-chave “políticas públicas em educação”, no próximo filtro selecionou-se “or”, em seguida o filtro “no assunto”, então escreveu-se a palavra-chave “políticas públicas de educação”. No item base de dados para busca (do lado direito da janela de busca), foi determinado a data de publicação de cinco anos, tipo de material “artigo”, no idioma não tem a opção apenas português então selecionou-se qualquer idioma. No filtro data inicial “01/01/2013” e data final “31/12/2017”. Por fim, clicou-se o botão “buscar”.

3.2 ESTABELECIMENTO DE CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Neste momento se estabelecem os critérios de inclusão dos estudos, ou seja, os critérios que serviram para o refinamento dos materiais que serão selecionados para a pesquisa, indicando assim, os estudos que se enquadrão nos critérios da pesquisa.

Os critérios de inclusão que foram respeitados para a efetuação do estudo foram:

- a) Artigos completos sobre políticas públicas em/de educação no período de 2013 á 2017.
- b) Estudos teóricos e/ou empíricos sobre a temática, no período de 2013 e 2017.
- c) Estudos completos nacionais e publicados em língua portuguesa, no período de 2013 e 2017.
- d) Estudos completos publicados no período de 2013 a 2017.

Utilizou-se destes critérios de inclusão pelo fato do portal concentrar publicações nacionais, por ser um portal brasileiro, e pelo interesse do pesquisador em analisar publicações sobre Políticas Públicas em educação brasileiras. Para a seleção e classificação foi feita a leitura do resumo de cada artigo e quando necessário o artigo completo.

3.3 RECONHECIMENTO DOS ESTUDOS SELECIONADOS E PRÉ SELECIONADOS

Para reconhecimento dos estudos, foi necessária, uma criteriosa leitura dos títulos, resumos, palavras chaves relacionadas ao tema proposto pelo estudo, e quando necessário a leitura do artigo em sua íntegra. Realizou-se então a avaliação dos materiais coletados pela estratégia de busca. Em seguida foi construída uma Matriz de síntese para obter as informações dos artigos selecionados durante a pesquisa.

A matriz de síntese, ou matriz de análise, tem sido utilizada como ferramenta de extração e organização de dados de revisão da literatura em várias disciplinas, devido à sua capacidade para resumir aspectos complexos do conhecimento. Essa ferramenta foi popularizada nas ciências da saúde por Garrard, em 1999. A matriz de síntese objetiva proteger o pesquisador de

erros durante a análise. Ela se constitui como marco inicial para auxiliar os investigadores no foco de suas pesquisas. A matriz pode conter informações verbais, conotações, resumos de texto, extratos de notas, memorandos, respostas padronizadas, e, em geral, dispor de dados integrados em torno de um ponto ou temas de pesquisa. Em suma, a matriz deve conter informações sobre aspectos da investigação e permitir que o pesquisador tenha uma visão geral de dados relacionados a um desempenho de certos pontos. A matriz serve de ferramenta de interpretação e construção da redação da revisão integrativa para os pesquisadores (KLOPPER; LUBBE; RUGBEER, 2007 apud BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011).

No Quadro 4 é apresentada Matriz de Síntese que serviu de base para a análise.

Quadro 4 - Matriz de Síntese

Artigo	Nº de autores	Autores	Ano	Periódico	Política Pública em Educação(área)	Abordagem	Procedimento	Objetivo

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ao fazer uso do portal na opção busca avançada, filtrou-se os artigos por ano, entre 2013 e 2017 (intervalo de cinco anos), com o assunto de Políticas Públicas em Educação ou Políticas Públicas de educação. No tipo de estudo utilizou-se artigos. Filtrou-se 105 artigos, destes apenas 55 se enquadraram frente aos critérios de inclusão, anteriormente citados no presente estudo. Foram descartados então aqueles em língua estrangeira, fora do tema, e que não possuíam todas as informações necessárias ao estudo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados os dados coletados no processo de investigação, que procurou atender aos objetivos do presente estudo. Respeitando os critérios de inclusão, foram selecionados cinquenta e cinco (55) artigos no portal CAPES, e estes foram analisados pela matriz de síntese anteriormente explicada neste estudo.

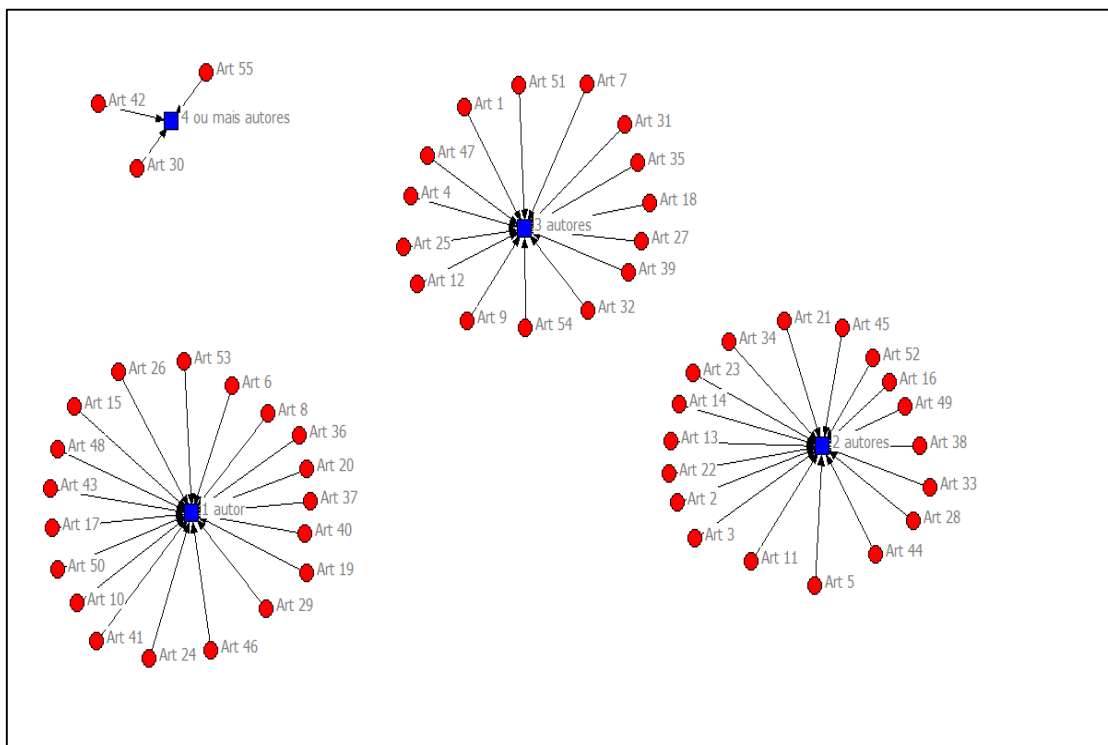
Os dados foram expostos através de redes, gráficos e tabelas. Na sessão 4.1, será apresentado as redes de autores e coautores, e em seguida a tabela com os principais periódicos identificados. Também serão expostos os principais métodos e técnicas utilizados, bem como as principais áreas investigadas serão apresentados na sessão 4.2.

4.1 PRINCIPAIS AUTORES E PERIÓDICOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

O interesse em estudar Políticas Públicas em educação se apresenta como uma abordagem de cunho social, tendo em vista a crescente preocupação com a efetivação de políticas públicas de modo geral. No portal CAPES não foram encontrados muitos estudos, como poderá ser observado a seguir.

Na Figura 2, será possível observar as redes de autores, estas que serviram para verificar a quantidade de autores por artigo publicado. Para criação destas redes foi utilizado o software UCINET.

Figura 2 - Rede da quantidade de autores por artigo



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

É possível observar que a maioria dos artigos, mais especificadamente dezenove (19), possuem um autor, em seguida dezoito artigos com dois autores, quinze artigos apresentaram três autores e apenas três artigos apresentam quatro ou mais autores.

Percebe-se na Figura 2 que quanto maior o número de autores por artigo, menor o número de artigos científicos publicados, pode-se falar que os artigos com maior número de autores são artigos mais recentes, publicados entre os anos de 2016 e 2017, dois deles tratam da educação em saúde na escola e outro sobre o fechamento de escolas no meio rural. Estes temas estão basicamente ligados aos fatos ocorridos no Brasil neste período (casos de zika, “a tragédia do ensino” no Brasil, dentre outras).

O artigo com maior número de autores é o quarenta e dois (42), de França et al. (2016), apresentando sete autores. O artigo estuda a implantação da Política Educacional Permanente em Saúde (EPS), que mostrou que ainda existem desafios a serem superados para a implantação da EPS.

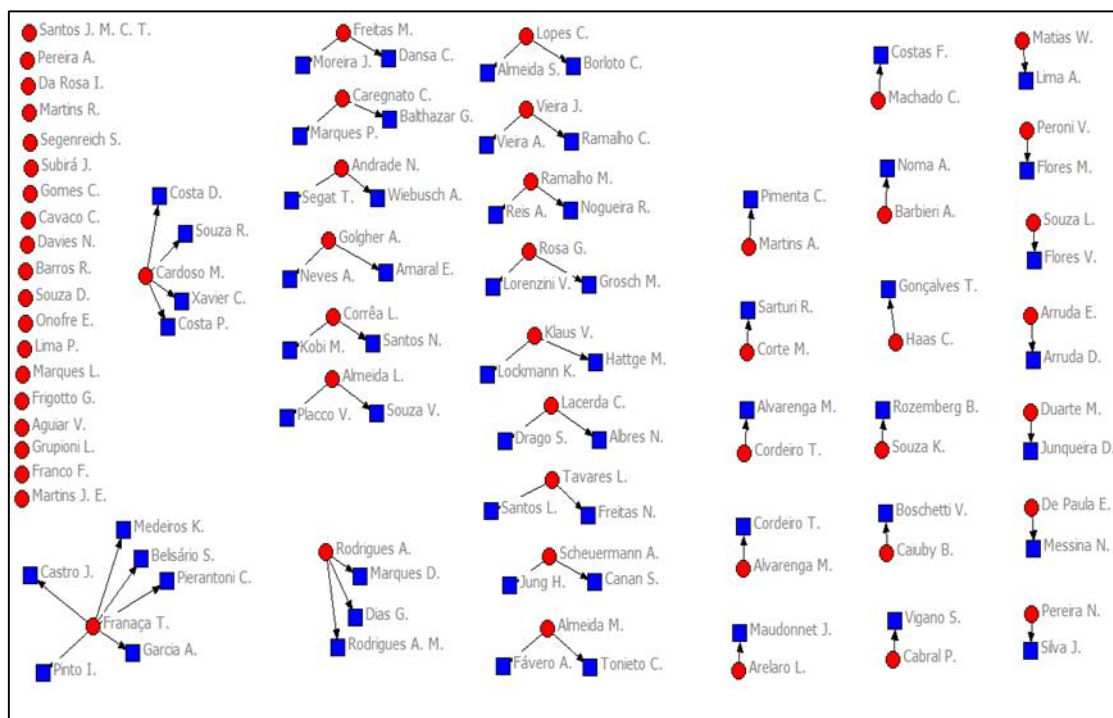
Segundo Saravia (2006), a fase de implementação, consiste em elaborar os planos, programas e projetos que permitirão colocar em prática/executar a política

pública. É interessante seguir todos os passos metodológicos que está implementação exige para que assim não haja problemas nesta fase.

A maioria dos artigos possui apenas um autor, o artigo oito (8) de Pereira A.(2016), é um exemplo. Ele aborda a questão do letramento que vai além de apenas alfabetizar, trata-se a questão do interpretar, de um ir além do somente ler ou saber ler, se faz então um questionamento do que realmente deveria ou seria a alfabetização, tratada como letramento. Tal questionamento é extremamente importante, pois encontra-se na sociedade muitas pessoas sabendo ler, porém com dificuldades de absorver o conhecimento, ou seja, interpretar a leitura. O chamado analfabetismo funcional.

Na Figura 3, são apresentadas as redes que procuraram relações entre os autores, é fácil identificar que não existe correlação entre autores no portal estudado para esta temática. Cada autor publicou um artigo e apenas com um grupo de autores, considerando isso foram cento e dezesseis (116) autores no total, sendo que nenhum deles publicou mais de uma vez, no período analisado.

Figura 3 - Rede dos autores e coautores



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Conforme a Figura 3 há falta de correlação entre autores ou falta de interesse em se escrever e/ou publicar artigos científicos sobre a temática, evidenciada sob

ponto de vista metodológico utilizado neste estudo, que não há uma referência acadêmica na área investigada (Políticas Públicas em Educação), considerando este período e este portal.

As redes aqui apresentadas tentaram delinear uma relação tanto de autores quanto pelo interesse acadêmico de se estudar/investigar a área de Políticas Públicas em Educação, no portal CAPES. A possível consequência de não ter sido encontrado relações entre autores, é a escolha de apenas um portal para o processo de investigação, alguns desses autores podem ter se correlacionado em outros portais e até publicado artigos sobre outro tipo de Política Pública em educação.

A Tabela 1 expõe as publicações por periódico e ano de publicação, mostrando quais revistas (periódico) publicaram mais e em qual ano.

Tabela 1 - Publicações sobre políticas públicas de educação por periódico e ano.

Periódico	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Revista Acta Scientiarum. Education				1		1
Revista Brasileira de educação especial			1	1		2
Revista Brasileira de educação no campo				1	1	2
Revista Brasileira de estudos pedagógicos	1		1			2
Revista Brasileira de Políticas Públicas e internacionais					1	1
Revista Brasileira Educação Pedagógica			1			1
Revista Cadernos CIMEAC				1		1
Revista Ciência e Saúde coletiva				2		2
Revista Configurações				1		1
Revista Crítica de Ciências Sociais			1			1
Revista de Gestão e Avaliação Educacional (REGAE)	1					1
Revista de Sociologia e Política			1			1
Revista Educação		3				3
Revista educação e Pesquisa	2					2
Revista Educação e Realidade					1	1
Revista Educação em Revista			1			1
Revista Eletrônica de educação	2	1				3
Revista Eletrônica de enfermagem		1				1
Revista Estudos em Avaliação Educacional		1	1			2
Revista Giramundo		1				1
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação					2	2
Revista Interfaces da educação	1					1
Revista internacional de Educação Superior			2			2
Revista Laplage em Revista			2	3	1	6
Revista Mediações		1				1
Revista online de Política e Gestão Educacional				1	1	2
Revista Perspectiva	1	1		2		4
Revista Perspectivas em Gestão e conhecimento		1				1
Revista Pesquisa em avaliação Educacional				1		1
Revista polis latino-americana			1	1		2
Revista Prática Docente					1	1
Revista Pro-Posições	2					2
TOTAL	10	10	12	15	8	55

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Conforme a Tabela 1, cada periódico publicou um ou dois artigos pelo menos. O periódico que mais publicou foi Laplage em Revista com seis artigos publicados, suas publicações concentram-se em Políticas Públicas de educação para adultos, educação integral, infantil e educação inclusiva. Matias; Lima (2015) publicado em Laplage em Revista, por exemplo, trata da educação de surdos (educação inclusiva)

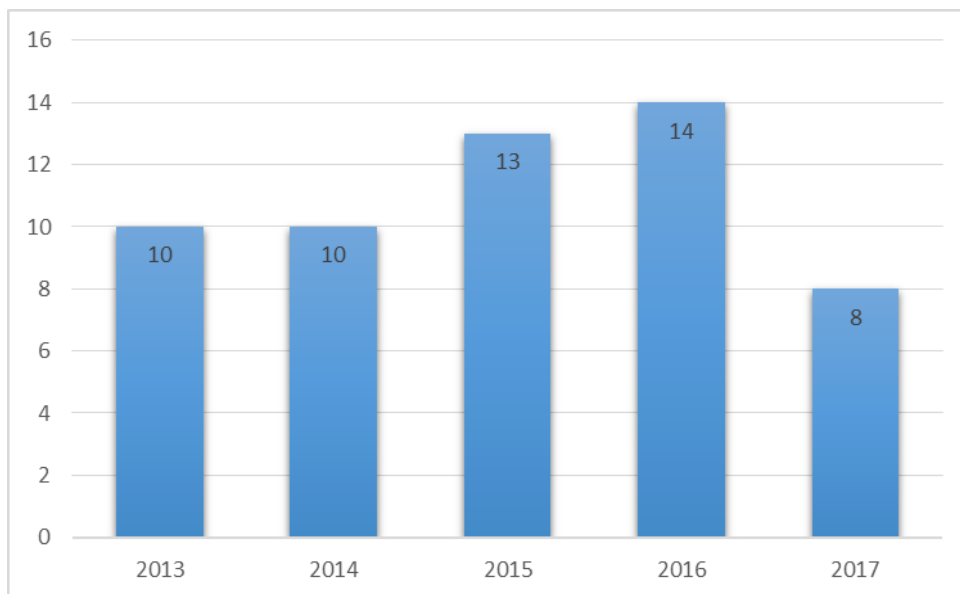
e aborda a questão da não efetivação de Políticas públicas nesta área. Elas existem formalmente, porém não se concretizam na prática, seja por falta de incentivos ou a má gestão.

Em seguida se destaca o periódico *Perspectiva* com quatro (4) publicações. As áreas abordadas pelos artigos foram sobre Reformas do Ensino Médio, Educação em Saúde na Escola, Programa mais Educação e Educação de Jovens e Adultos, dentre estas publicações o artigo de Frigotto (2013), destaca-se ao abordar a Política Pública sobre formas educacionais para jovens e adultos como meio de integrá-los ao mercado de trabalho. Faz um apanhado geral sobre os processos educativos que se encontram fortemente ligados à visão mercantil de educação (anulação do sujeito professor e aluno), e por fim destaca a importância de estudiosos interessados em causas sociais.

O ano com mais publicações foi 2016, com quinze artigos publicados, e percebeu-se que houve uma leve diminuição de publicações no ano seguinte (2017). Este fato vai de encontro com as redes de autores e coautores, mostrando que com a diminuição do número de publicações aumenta o número de autores por publicação. Infere-se então que a diminuição de publicações no ano em questão é devido ao interesse de autores publicar em conjunto e também aos fatos ocorridos no Brasil nestes anos, com as reformas no ensino médio em 2016, e diversos casos polêmicos em escolas em 2017 (por ex. incêndio criminoso em creche).

O Gráfico 1 faz a distribuição dos artigos publicados por ano, acentuando o ano com maior número de publicações.

Gráfico 1 - Distribuição dos artigos por ano



FONTE: Dados da pesquisa, 2018.

Percebe-se no Gráfico 1, que os anos em que mais se publicou no portal CAPES sobre a temática Políticas Públicas em Educação, foram nos anos de 2015 e 2016. Não ocorreu grandes discrepâncias entre os anos, e pode-se dizer que houve um padrão no número de publicações entre os anos.

O intervalo estudado nesta pesquisa, 2013 e 2017 (cinco anos), foi um período de diversas manifestações por todo o Brasil que ainda continuam nos dias de hoje (2018), onde os cidadãos exigem que seus direitos sejam respeitados, que as políticas públicas sejam reais e eficazes, por isso a necessidade de estudos nesta área. O período de 2016 teve um maior número de publicações. Este foi um ano histórico, houve o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e o presidente interino Michel Temer lançou a reforma do ensino médio que não foi bem vista por muitos alunos, ocorrendo algumas manifestações contra a reforma.

Dentre as publicações de 2016, três tratam desta questão da reforma do ensino médio, educação integral. Lopes; Bortoloto; Almeida (2016), procuraram estudar as diferentes reformas que o ensino médio já teve desde 1940 até os anos 2000, observando que existe uma certa dualidade nesta oferta de ensino.

4.2 IDENTIFICAÇÃO DAS AREAS INVESTIGADAS, MÉTODOS E TÉCNICAS.

Na Tabela 2 estão sintetizadas as áreas de investigação de cada artigo selecionado, foram identificadas vinte e oito subáreas das Políticas Públicas em Educação.

Tabela 2 - Temas de Políticas Públicas abordadas para o período.

AREA INVESTIGADA	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Reformas do ensino médio				1		1
Educação em saúde na escola	1			3		4
Formação de professores		1		1	2	4
Educação inclusiva(especial)	2		2	1		5
Efetividade da educação				1		1
Qualidade da educação a partir do PROEMI			1			1
Programa Mais Educação		1			1	2
Letramento		1		1		2
Plano Nacional de Educação		2			1	3
Plano de Ações Articuladas (PAR)	1					1
Educação à distancia	1		1			2
Reforma educacional					1	1
Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)			1			1
Ensino superior		2	3			5
Remuneração dos professores	1					1
Educação comparada			1			1
Educação em tempo integral			1	1		2
Educação infantil					1	1
Educação de adultos	1		1	2		4
Bônus sociorracional		1				1
Financiamento Educacional		1				1
Educação no campo			1	2	2	5
Planos Municipais de educação		1				1
Implantação de P.P e suas implicações em SP	1					1
Processos Educativos(educação na prisão)	1					1
Política educacional em Paulo Freire			1			1
Política de Educação Permanente em Saúde (EPS)				1		1
Formação de professores indígenas	1					1
TOTAL	10	10	13	14	8	55

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Percebe-se por meio da Tabela 2 que as áreas temáticas com maior número de investigações foram educação no campo, educação inclusiva e estudos em ensino

superior, contando com quatro ou cinco publicações em média. Esta tabela vem ao encontro do Gráfico 1, constatando que o ano de 2016 foi o que teve o maior número de publicações. Reforça-se que foi um ano histórico na política do Brasil, crescendo assim, a preocupação e interesse por questões políticas, aqui se tratando da questão educacional.

Para efeito de contextualização, a obra de Rodrigues; Marques; Rodrigues; Dias (2015) discute a educação no campo. Constata-se que se não houver uma maior visibilidade das comunidades carentes de recursos do Brasil, estes lugares ficarão sem escolas e sem vida, pois nestes locais a educação se torna o único meio de empoderamento e mudança de vida dos jovens.

Outro trabalho de Matias; Lima (2015) aborda a educação inclusiva, mais especificadamente a inclusão dos surdos na escola, área que mais teve publicações no portal estudado. Estes autores consideram que se deve ter uma maior discussão com esta temática a educação é garantida pela constituição, mas deve-se dar condições para que os profissionais sejam valorizados e façam assim um bom trabalho com os alunos, neste caso em especial, com os alunos surdos.

Assim como o trabalho de Corrêa; Santos; Kobi (2014), que estudou a expansão do curso superior de enfermagem em Mato Grosso, constatou que teve uma expansão do curso principalmente entre os anos de 2000 e 2010. Foi alertado a importância de democratizar o acesso ao ensino superior, mas deve-se ter cuidado que talvez não haja profissionais competentes/qualificados em atender estes alunos, para que assim “permaneça assegurado um padrão de qualidade para a missão de desenvolver de forma indissociável o ensino” (CORRÊA; SANTOS; KOBİ,2014).

A seguir (Quadro 5), é apresentada a classificação qualis em Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo de cada revista (periódico). Qualis é um sistema utilizado para fazer a classificação da produção científica de pós-graduação, sua função é avaliar as publicações científicas.

Quadro 5 - Classificação Qualis em Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo.

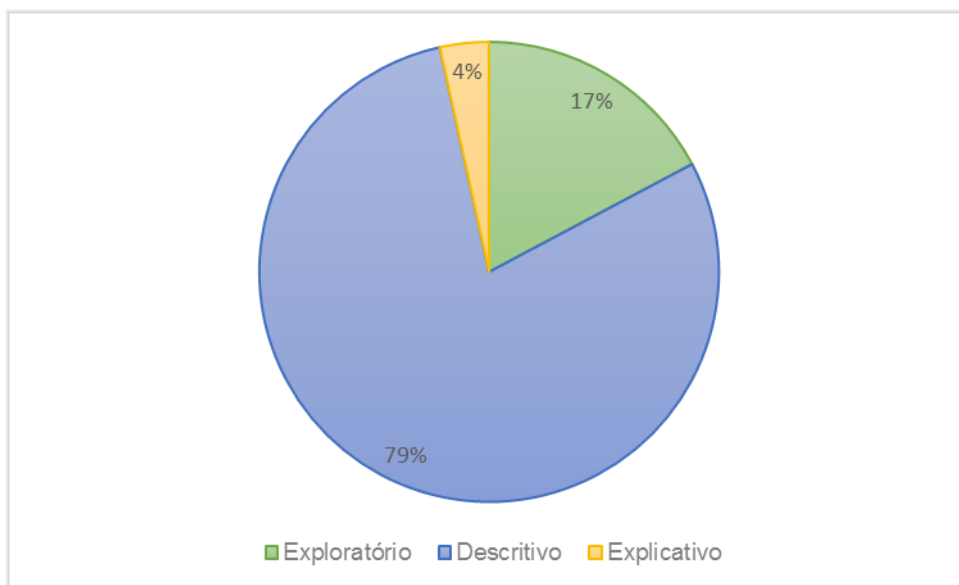
Periódico	Qualis 2013/2016
Revista Acta Scientiarum. Education	Sem qualis
Revista Brasileira de educação especial	Sem qualis
Revista Brasileira de educação no campo	Sem qualis
Revista Brasileira de estudos pedagógicos	B2
Revista Brasileira de Políticas Públicas e internacionais	B5
Revista Brasileira Educação Pedagógica	Sem qualis
Revista Cadernos CIMEAC	Sem qualis
Revista Ciência e Saúde coletiva	Sem qualis
Revista Configurações	Sem qualis
Revista Crítica de Ciências Sociais	B1
Revista de Gestão e Avaliação Educacional (REGAE)	Sem qualis
Revista de Sociologia e Política	B1
Revista Educação	Sem qualis
Revista educação e Pesquisa	Sem qualis
Revista Educação e Realidade	Sem qualis
Revista Educação em Revista	Sem qualis
Revista Eletrônica de educação	B3
Revista Eletrônica de enfermagem	B5
Revista Estudos em Avaliação Educacional	Sem qualis
Revista Giramundo	Sem qualis
Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	B3
Revista Interfaces da educação	Sem qualis
Revista internacional de Educação Superior	Sem qualis
Revista Laplage em Revista	Sem qualis
Revista Mediações	Sem qualis
Revista online de Política e Gestão Educacional	Sem qualis
Revista Perspectiva	B4
Revista Perspectivas em Gestão e conhecimento	Sem qualis
Revista Pesquisa em avaliação Educacional	Sem qualis
Revista polis latino-americana	Sem qualis
Revista Prática Docente	Sem qualis
Revista Pro-Posições	Sem qualis

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Através do Quadro 5 é possível observar que grande parte dos periódicos não possui uma classificação Qualis, o que pode inferir que não possui uma qualidade tão boa de seus conteúdos. Porém pode-se considerar a hipótese de que estas revistas ainda não foram avaliadas no período em que foi feita a consulta, ou seja, são revistas recentes neste portal estudado. Também pode ter ocorrido que não se enquadram na área da administração pública e sim como no caso da revista Pró-Posições, que é enquadrada em ciências da educação. Oito revistas tiveram classificações, foram elas: Revista Brasileira de estudos pedagógicos, classificação B2; Revista Brasileira de Políticas Públicas e internacionais, B5; Revista Crítica de Ciências Sociais, B1; Revista de Sociologia e Política, B1; Revista Eletrônica de educação, B3; Revista Eletrônica de enfermagem, B5; Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, B3 e Revista Perspectiva, B4. Essas classificações são consideráveis, o que indica que são revistas importantes em suas respectivas áreas.

O gráfico a seguir (Gráfico 2), sintetiza os artigos quanto aos objetivos de cada pesquisa, se foram estudos descritivos, exploratórios ou explicativos.

Gráfico 2- Distribuição dos artigos sobre políticas públicas em educação quanto ao objetivo



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Percebe-se por meio do Gráfico 2 que houve pouca presença de estudos explicativos. Aproximadamente 80% dos estudos selecionados se enquadraram como descritivos e apenas 17% são exploratórios. Assim ilustra-se que os autores se

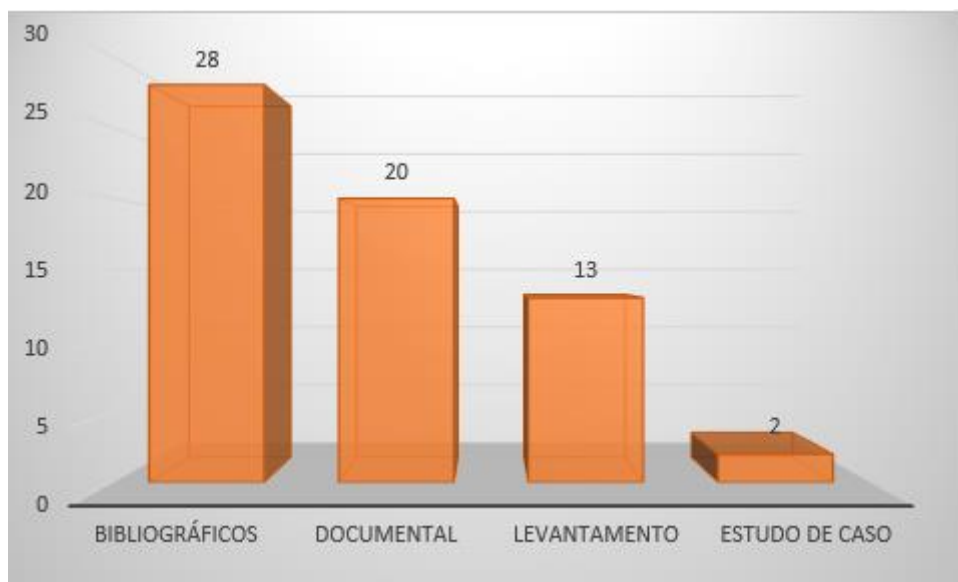
concentraram em narrar um modelo de Política Pública de Educação, preocupando-se apenas em expor tal modelo, e suas implicações.

Conforme a concepção de Triviños (1987) apud Gerhardt; Silveira (2009), argumenta-se que a pesquisa descritiva é o principal método de busca, caracterizado pela série de informações sobre o objeto de pesquisa. Complementa-se ainda que esse estudo tem por pretensão à descrição dos fatos e fenômenos de determinada realidade ou situação.

Portanto a predominância de estudos descritivos nos artigos se deve ao fato da área temática ser basicamente teórica, fundamentada principalmente nos direitos humanos e de caráter social. Assim, a maioria dos autores se detiveram apenas em narrar a temática (Políticas Públicas em educação).

O Gráfico 3, expõe o número de artigos quanto ao procedimento de pesquisa, se constitui-se por meio de bibliografias, documentos, levantamentos (entrevista) ou estudo de caso.

Gráfico 3 - Distribuição dos artigos sobre Políticas Públicas de Educação quanto ao procedimento de pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

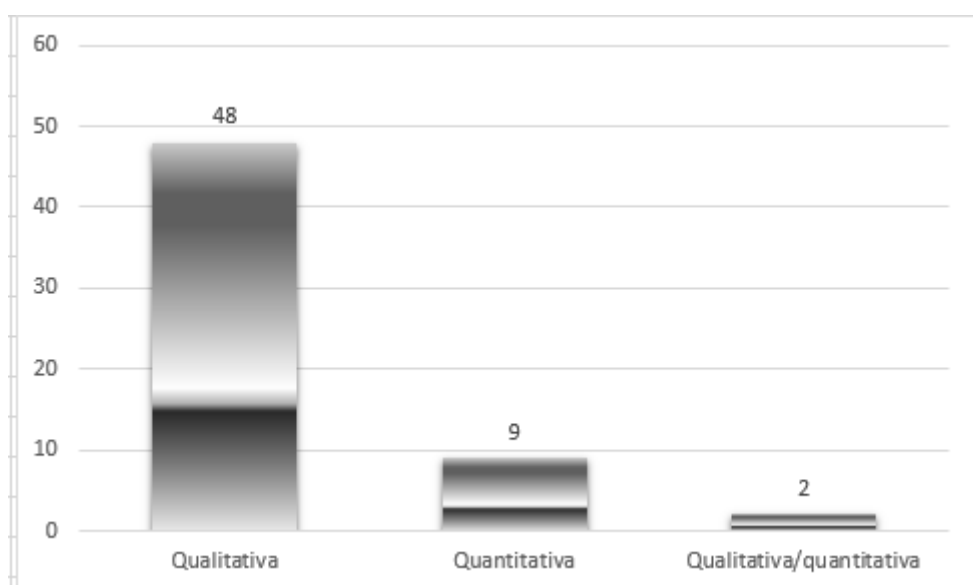
Percebe-se por meio do Gráfico 3 que a maioria dos estudos se concentram em bibliografias e documentos, apenas dois dos estudos selecionados utilizaram-se de estudo de caso. Os autores procuraram estudar conceitos e experiências já datadas de políticas públicas educacionais e detiveram-se pouco em saber sobre a

realidade (na prática) de tal política, se ela é eficaz ou não, observando isso ao apresentar apenas dois estudos de caso e treze levantamentos.

“Ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos.” (LIMA; MIOTO, 2007, p.44). Reforçando assim para o caráter teórico da temática de Políticas Públicas em Educação, por esta razão a maioria dos estudos selecionados são bibliográficos, por ser um método que facilita o pesquisador explicar/descrever melhor sua pesquisa.

No Gráfico 4 é possível ver a distribuição dos artigos sobre Políticas Públicas em Educação, quanto a abordagem, seja ela quantitativa, qualitativa ou qualitativa/quantitativa.

Gráfico 4 - Distribuição dos artigos de Políticas Públicas de educação quanto a abordagem



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Percebe-se no Gráfico 4 que quarenta e oito dos artigos são qualitativos, corroborando para o caráter descritivo da maioria dos estudos. Apenas nove dos estudos apresentaram abordagem quantitativa e dois estudos tiveram as duas abordagens. Aqui soma-se 59 estudos isso se deve porque alguns dos estudos se enquadraram em duas classificações.

Nesta representação gráfica da pesquisa, cabe ressaltar que a grande maioria de estudos qualitativos, com o tema políticas públicas em educação, é tomado como

subjetivo, pois se torna uma discussão muito importante na sociedade, e interessam àqueles que desejam expor sua opinião frente as diversas possibilidades do tema. A pesquisa qualitativa considera que os pontos de vista e a prática em campo são diferentes devido à diversidade de perspectivas e contextos sociais a eles relacionado. Os métodos qualitativos levam em consideração a comunicação do pesquisador em campo como parte da produção de conhecimento, ao invés de simplesmente encará-los como uma variável a interferir no processo. A subjetividade do pesquisador torna-se parte do processo de pesquisa (FLICK, 2009).

A pesquisa de Ramalho; Reis; Nogueira (2013), a título de exemplo, é de caráter bibliográfico, qualitativo e de objetivo descritivo. Neste estudo analisou-se o processo de educação a distância e a importância da interação entre a teoria e a prática, constatando que este modelo de educação é um dos modos de democratizar a educação. Porém deve-se observar para que haja qualidade na oferta de tal modelo alinhado à prática. Aqui ilustrou-se exatamente o que foi exposto no parágrafo anterior, o autor expõe sua opinião sobre a educação à distância, alerta para a qualidade do ensino oferecido, que a expansão é evidente, mas questiona a qualidade do ensino ofertado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Políticas Públicas de uma maneira geral são de grande relevância para o Brasil, tendo em vista as desigualdades que o país vive. Desse modo, as Políticas Educacionais abordadas neste estudo, são de grande relevância para a sociedade para haja a possibilidade do aperfeiçoamento da gestão pública, e em consequência, elevar o nível do País.

O direito à educação apresenta a característica relevante para o crescimento individual, porém igualitário, do ponto de vista social, visto que a sua afirmação parte do pressuposto que a escolarização se encontra como elemento articulador para uma possível nivelção das desigualdades. Com base nisso, a partir de 1917, a escolarização foi transformada em responsabilidade estatal e de cunho social pela maioria dos países mediante inscrição em textos constitucionais (SACRISTÁN, 2000).

Este trabalho procurou através de um estudo bibliométrico, e de caráter qualitativo, verificar quais os principais autores e periódicos que concentram as publicações sobre Políticas Públicas em educação. Também buscou identificar os principais métodos e as técnicas utilizadas em estudos sobre o tema e verificar as áreas de investigação no tema políticas públicas em educação dos estudos selecionados. Foram atendidos todos os objetivos específicos, constatando-se que não existe principais autores, pois nenhum foi repetido nos cinquenta e cinco (55) artigos selecionados. Em relação aos periódicos, a Laplage em Revista foi a que se destacou concentrando a maioria de artigos publicados, porém não apresenta classificação qualis. Destaca-se ainda que houve uma considerável variedade de periódicos. Os principais métodos e técnicas foram, quanto a abordagem se destacou a qualitativa, o procedimento a bibliográfica, quanto ao objetivo o mais utilizado foi o descritivo.

No período analisado, o Brasil sofreu várias rupturas do ponto de vista político e percebe-se a necessidade de uma reforma política. Notou-se que no ano de 2016, que foi o ano do impeachment da presidenta, houve um crescimento de publicações, indicando que os autores viram a necessidade de expor suas opiniões, uma vez que os estudos foram basicamente subjetivos (qualitativos).

Ao realizar a pesquisa, fica claro que existem Políticas Públicas Educacionais e pesquisadores interessados nestas questões, o que há necessidade então é a sua real efetivação, ou seja, respeitar e seguir o ciclo de uma Política Pública

anteriormente apresentado neste trabalho. Fica evidente também o caráter subjetivo dos artigos selecionados, esta subjetividade sugere que os autores procuraram opinar, argumentar sobre as políticas públicas em educação, de certa forma reivindicando o acesso à educação para jovens e adultos, para presos, às comunidades carentes, aos indígenas e melhora na qualidade do ensino oferecida (formação de docentes, base salarial dos professores).

Frente a esta pesquisa é sugerido para futuros estudos na área, utilizar outros portais de coleta de dados e outros métodos, como um estudo de caso por exemplo, acompanhando as fases de implementação de uma Política Pública.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, V. Um balanço das políticas públicas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 113-126, 2016.
- ALMEIDA, L. R.; SOUZA, V. L. T.; PLACCO, V. M. N. S. Legislado versus executado: análise das atribuições formativas do coordenador pedagógico. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 64, p. 70-94, 2016.
- ALMEIDA, M. L. P.; FÁVERO, A.; TONIETO, C. A expansão do ensino superior no Brasil sob influência da declaração de Bolonha: primeiras aproximações. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 182-198, 2015.
- AMARAL, F. J. J. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007.
- ANDRADE, F. S.; JUNG, C. F. Análise de referências utilizadas por pesquisadores na revista *Gestão & Produção*. **Transinformação**, Campinas, v. 1, p. 19-26, 2013.
- ANDRADE, N.; WIEBUSCH, A.; SEGAT, T. Educação em tempo integral em uma escola de educação infantil em Santa Maria/RS: diálogos possíveis. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, p. 579-599, 2016.
- ARAÚJO, G. C. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “O problema maior é o estudar”. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 279-292, 2011.
- ARELARO, L. R. G.; MAUDONNET, J. V. M. Os fóruns de educação infantil e as políticas públicas para a infância no Brasil. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v.3, n.1, P. 6-18, 2017.
- ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 3, p. 321-338, 2015.
- AZEVEDO, J. M. L. A Educação como Política Pública. **R. Ed. Pública**, Cuiabá, v. 23, n. 52, p. 215-218, 2014.
- BARBIERI, A. F.; NOMA, A. K. A função social do Programa Saúde na Escola: formação para a nova sociabilidade do capital? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n.1, p.161-187, 2017.
- BARROS, R. Da concepção à implosão da nova política de educação e formação de adultos (EFA) em Portugal (1996-2016): e agora tudo o vento levou? **Laplage em Revista**, v. 2, n. 1, p. 63-86, 2016.
- BOFF, S. O; SOUZA, L. A. DE; STAHLHÖFER, L. S. **Avaliação das políticas públicas brasileiras de persecução ao cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do milênio**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2015.

BOTELHO, L. L. R; CUNHA, C. C. A; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp>. Acesso em: 20 de setembro de 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Guia de livros didáticos PNLD 2008: apresentação / Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2007.

BUCCI, M. P. B. **O conceito de política pública em direito**. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

CABRAL, P.; VIGANO, S. M. M. Políticas públicas em educação para formação de professores na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 2, n. 1, p. 201-220, 2017.

CAIUBY, B. B.; BOSCHIEDT, V. R. Uma escola em tempo integral. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 1, n. 1. 84-97, 2015.

CARDOSO, M. L. M.; COSTA, P. P.; COSTA, D. M.; XAVIER, C.; SOUZA, R. M. P. A política nacional de educação permanente em saúde nas escolas de saúde pública: reflexões a partir da prática, **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1489-1500, 2017.

CAREGNATO, C. E.; MARQUES, P. M.; BALTHAZAR, G. S. Representações de professor/es de escolas públicas do Rio Grande do Sul/Brasil sobre diversidade cultural. **Configurações**, v. 14, p. 25-38, 2016.

CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

CAVACO, C. Políticas públicas de educação de adultos em Portugal – a invisibilidade do analfabetismo. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 2, n. 1, p. 51-62, 2016.

CORDEIRO, T. G. B. F.; ALVARENGA, M. S. Embates entre paradigmas de políticas para a educação em espaços rurais no Brasil contemporâneo. **Polis**, v. 40, p. 1-16. 2015.

CORREA, L. Z.; SANTOS, N. C.; KOBİ, M. C. B. Expansão dos cursos de graduação em enfermagem em Mato Grosso: implicações e desafios. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 16, n. 4, p. 744-753, 2014.

COSTA, V. A. Políticas públicas em educação no Brasil: Experiências de formação continuada de professores para a inclusão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL: INTEGRAÇÃO EDUCATIVA E INCLUSÃO SOCIAL SÃO PAULO, 2007, Puebla. **Anais...** Puebla: UPAEP, 2007.

DA ROSA, F. G. H. I. A formação continuada dos professores de geografia no Brasil e o uso de Geotecnologias: discutindo o lugar do lugar. **Giramundo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 67-75, 2014.

DALLA CORTE, M. G.; SARTURI, R. C. Políticas públicas para a formação de professores e contextos emergentes na educação superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 160-181, 2015.

DANIELE, A. L. W. S.; PAMPLONA, D. A. Programa Universidade para todos (PROUNI): A eficiência da Política Pública de Expansão do ensino Superior no Brasil. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Bebedouro, v. 5, n. 1, p. 34-67, 2017.

DAVIES, N. Fragilidades e desafios do financiamento em planos de educação. **Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 190-200, 2014.

DE PAULA, E. L. P.; MESSINA, N. Reflexões sobre a geografia escolar e a educação popular. **Cadernos CIMEAC**, Uberaba, v. 6, n. 1, p. 117-139, 2016.

DUARTE, M. R. T.; JUNQUEIRA, D. S. A propagação de novos modos de regulação no sistema educacional brasileiro: o Plano de Ações Articuladas e as relações entre as escolas e a União. **Pro-Posições**, v. 24, n. 21, p. 165-193, 2013.

FERREIRA, L. A. M.; NOGUEIRA, F. M. B. Impactos das políticas públicas educacionais no cotidiano das escolas públicas plano nacional da educação. *Revista Arquivo Brasileiro de Educação*, Belo Horizonte, v. 3, n. 5, p. 102-129, 2015.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, T.; MEDEIROS, K. R.; BELISARIO, S. A.; GARCIA, A. C.; PINTO, I. C. M.; CASTRO, J. L.; PIERANTONI, C. R. Política de educação permanente em saúde no Brasil: a contribuição das comissões permanentes de integração ensino-serviço. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 22, n. 6, p. 1817-1828, 2017.

FREITAS, M.; C. S.; DANSA, C. V. A.; MOREIRA, J. M. C. Pronera no Sertão Mineiro Goiano: Reflexões sobre emancipação social e Educação do Campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 1, n. 2, p. 204-230, 2016.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, 2000.

FRIGOTTO, G. Educação e qualificação de jovens e adultos pouco escolarizados: promessa integradora num tempo histórico de produção destrutiva. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 389-404, 2013.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIRON, G. R. A influência da política, do planejamento e da gestão educacional na formação social do indivíduo. In: ANPED SUL, 9., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012.

GOLGHER, A. B.; AMARAL, E. F. L.; NEVES, A. V. C. Avaliação de impacto do bônus sociorracial da UFMG no desempenho acadêmico dos estudantes. **Revista Mediações**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 214.

GOMES, A. C. Educação comparada no Brasil: Esboço de agenda. **Rev. bras. Estud. pedagóg.**, Brasília, v. 96, n. 243, p. 243-258, 2015.

GRUPIONI, L. D. Quando a antropologia se defronta com a Educação: formação de professores índios no Brasil. **Pró-Prosições**, p. 69-80, 2013.

HASS, C.; GONÇALVES, T. G. G. L. Em tempos de democratização do direito à educação: como tem se delineado as políticas de acesso ao EJA aos estudantes com deficiência no Rio Grande do Sul? **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, p. 443-458, 2015.

HILL, M. Implementação: uma visão geral. In: SARAVIA, E. & FERRAREZI, E. (orgs.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP. 2007.

HORTA, J. S. B. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n. 104, p. 5-34, 1998.

KERSTENETZKY, Lessa, Celia. Economia Política. In: SOUZA, P. (Org.). **Brasil, Sociedade em movimento**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

KLAUS, V.; HATTAGE, M. D.; LOCKMAN, K. Genealogia Foucaultiana e políticas educacionais: possibilidades analíticas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 665-687, 2015.

LACERDA, C.; ALBRES, N.; DRAGO, S. Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, 2013.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, 2013.

LIMA, P. G. Editorial. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 1, n. 2, p.1-3, 2015.

LIMA T. C. S.; MIOTO R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LOPES, C. B.; BORTOLOTO, C. C.; ALMEIDA, S. V. Ensino Médio: trajetória histórica e a dualidade educacional presente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 555-581, 2016.

MARTINS, R. X.; FLORES, V. F. A implantação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo): revelações de pesquisas realizadas no Brasil entre 2007 e 2011. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 96, n. 242, p. 112-128, 2015.

MARKONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MATIAS, W. L.; LIMA, A. B. Neoliberais, políticas sociais e a educação. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 1, n. 2, p.19-31, 2015.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT. 2002.

NINAUT, E. S; MATOS, M. A; MAFIOLETTI, R. Panorama do cooperativismo contemporâneo. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 4, p.88-99, 2009.

OLIVEIRA, A. F. Políticas Públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A. F. (Org.). **Fronteiras da educação: tecnologias e políticas**. Goiânia: PUC, 2010.

ONOFRE, E. M. C. Educação em espaços de restrição e de privação de liberdade: desvelando caminhos, forjando políticas educativas. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 7, n. 1, p. 1-4, 2013.

PEREIRA, C. A. Letramento: o alcance político de uma questão. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 39, n. 2, p. 175-184, 2017.

PEREIRA, N. M. A.; SILVA, J. L. C. Entre o letramento informacional e o serviço de informação utilitária: uma análise a partir dos programas e projetos educacionais da secretaria municipal de educação de Juazeiro do Norte/CE. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 251-276, 2014.

PERONI, V. M. V.; FLORES, M. L. R. Sistema nacional, plano nacional e gestão democrática da educação no Brasil: articulações e tensões. **Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 180-189, 2014.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINTO, J. M. R. O financiamento da educação no governo Lula. **RBPAE**, v. 25, n. 2, p. 323-340, 2009.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUEIROZ, R, B. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: Inter Saberes, 2012.

RAMALHO, M. L.; REIS, A. B.; NOGUEIRA, R. Contribuições para a compreensão sobre a formação de professores em cursos da modalidade a distância. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.4, n.11, p.113-121, 2013.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, B. S. Ações afirmativas como forma de efetivação dos Direitos Fundamentais. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, ano XIV, n. 87, 2011.

ROSA, G.; GROSCHE, M.; LORENZINI, V. Reflexões sobre educação na contemporaneidade: certezas, (in)certezas e desafios. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. esp., p. 1037-1055, 2017.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M. G.; CARVALHO, M. I. (Org.). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: UFSC, 2009.

SACRISTÁN, J. G. **A educação obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

SANTOS, K. S. Políticas Públicas educacionais no Brasil: tecendo fios. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPAE, 2011.

SANTOS, M. R. S. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

SANTOS, T. C. M. J. Ensino médio inovador: Ressignificações de educação de qualidade em contextos locais. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 26, n. 62, p. 448-478, 2015.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SAVELI, E. L. A educação obrigatória nas Constituições brasileiras e nas leis educacionais delas derivadas. **Revista Contrapontos**, v. 10, n. 2, p. 129-146, 2010.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 – especial, p. 1231-1255, 2007.

SCHEUERMAN, A. E.; JUNG, H. S.; CANAN, S. R. Educação de tempo integral no Brasil, passos e descompassos: de Ruy Barbosa e Anísio Teixeira aos dias atuais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 422-439, 2017.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEGENREICH, S. D. C. A formação de professores a distância nas agendas Governamentais (PNEs) e nos “espaços vazios”. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p. 56-76, 2014.

SHIROMA, E. O.; MORAES, C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. In: GERHART, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SÖTHE, A.; DILL, R. P.; GUBIANI, C. A.; SILVA, M. Custos no setor público: análise da inserção do método ABC após a publicação da LRF e do estudo nº 12 do IFAC. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 158-178, 2014.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, 2003.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, K. R.; ROZEMBERG, B. As macropolíticas educacionais e a micropolítica de gestão escolar: repercussões na saúde dos trabalhadores. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 433-447, 2013.

SOUZA, L. B. A. C. Políticas educacionais e o papel da escola: entre o real e o ideal. **Revista Prática Docente**, v. 2, n. 1, p. 112-120, 2017.

STEFANELLO, A. G. F. O Papel do Direito no controle social de políticas públicas. **Revista de Direito da ADVOCEF**, Porto Alegre, v. 1, n. 9, p. 37-52, 2009.

SUBIRÁ, J. A. A. Remuneração inicial dos professores das redes municipais do Paraná no contexto municipal. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 94, n. 237, p. 439-473, 2013.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M.; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: um Estudo sobre A Formação Docente. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, 2016.

TERRA, R. B. M. R. B.; TRINDADE, F.; MASSIERERER, M. A (in)efetividade das políticas públicas educacionais no atual estado democrático de direito. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORRÂNEA, 11., 2014, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2014.

TREINTA, F. T.; FARIAS FILHO, J. R.; SANT'ANNA, A. P.; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. **Production**, Niterói, v. 24, n. 3, p. 508-520, 2014.

TUDE, J. M. Conceitos gerais de Políticas Públicas. In: TUDE, J. M.; FERRO, D.; SANTANA, F. P. A. (Org.). **Políticas Públicas**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2010.

VIEIRA, J. J. RAMALHO, C. C.; VIEIRA, A. L. C. A origem do plano nacional de educação e como ele abordou as questões de gênero. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 1, p. 64-80, 2017.

1. APÊNDICE A – MATRIZ DE SÍNTESE

Artigo	Nº de autores	Autores	Ano	Periódico	Política pública em educação(área)	Abordagem	Procedimentos	Objetivo
1	1	Aguiar V.	2016	Revista Sociologia e Política	Ensino Superior	Qualitativa	Bibliográfica	Descritivo
2	3	Almeida L.; Souza V.; Placco V.	2016	Revista Estudos em Avaliação Educacional	Formação de professores	Qualitativa	Levantamento	Descritivo
3	3	Almeida M.; Fávero A.; Tonieto C.	2015	Revista Internacional de Educação Superior	Ensino superior	Quantitativa	Documental	Descritivo
4	2	Alvarenga M.; Cordeiro T.	2015	Revista Polis latinoamericana	Educação do campo	Quantitativa	Documental	Descritivo
5	3	Andrade N.; Wiebusch A.; Segat T.	2016	Revista online de Política e Gestão Educacional	Educação em tempo integral	Qualitativa	Levantamento/estudo de caso	Descritivo
6	2	Arelaro L.; Maudonnet J.	2017	Revista Laplage em Revista	Educação infantil	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo
7	2	Arruda E.; Arruda D.	2015	Revista Educação em Revista	Educação à Distância (EaD)	Quantitativa	Documental	Descritivo
8	2	Barbieri A.; Noma A.	2016	Revista Perspectiva	Educação em saúde na escola	Qualitativa	Documental/bibliográfico	Exploratório

9	1	Barros R.	2016	Revista Laplage em Revista	Educação e formação de adultos	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo
10	2	Cabral P.; Viganò S.	2017	Revista Brasileira de Políticas Públicas e internacionais	Formação de professores e EJA.	Qualitativa	Bibliográfico	Exploratório
11	2	Caiuby B.; Boschetti V.	2015	Revista Laplage em Revista	Educação em tempo integral	Qualitativa	Documental/bibliográfico	Descritivo
12	5	Cardoso M.; Costa P.; Costa D.; Xavier C.; Souza R.	2017	Revista Ciência e Saúde Coletiva	Educação em saúde na escola	Qualitativa	Levantamento	Descritivo
13	3	Caregnato C.; Marques P.; Balthazar G.	2016	Revista Configurações	Educação em saúde na escola	Qualitativa	Levantamento (questionário survey)	Descritivo
14	1	Cavaco C.	2016	Revista Laplage em Revista	Educação de Adultos	Qualitativa	Documental	Exploratório/descritivo
15	2	Cordeiro T.; Alvarenga M.	2015	Revista polis latinoamericana	Educação no campo	Quantitativa	Bibliográfico	Descritivo
16	3	Corrêa L.; Santos N.; Kobi M.	2014	Revista Eletrônica de enfermagem	Ensino superior	Quantitativa	Documental	Descritivo
17	2	Dalla Corte M.; Sarturi R.	2015	Revista internacional	Educação superior,	Qualitativa	Estudo de caso	Descritivo

				de Educação Superior	formação de professores			
18	1	Da Rosa I.	2014	Revista Giramundo	Formação de professores	Qualitativa	Documental	Exploratório
19	1	Davies N.	2014	Revista Educação	Financiamento educacional	Quantitativa	Documental	Descritivo
20	2	De Paula E.; Messina N.	2016	Revista Cadernos CIMEAC	Efetividade da educação	Qualitativa	Bibliográfico/documental	Descritivo
21	2	Duarte M.; Junqueira D.	2013	Revista Pro-Posições	Plano de Ações Articuladas (PAR)	Qualitativa	Bibliográfico/documental	Descritivo
22	7	França T.; Medeiros K.; Belisário S.; Garcia A.; Pinto I.; Castro J.; Pierantoni C.	2016	Revista Ciência e saúde coletiva	Política de Educação Permanente em Saúde (EPS)	Qualiquantitativa	Levantamento	Exploratório
23	1	Franco F.	2013	Revista Eletrônica de educação	Implantação de P.P e suas implicações em SP	Qualitativa	Documental	Descritivo
24	3	Freitas M.; Dansa C.; Moreira J.	2016	Revista Brasileira de educação no campo	Educação no campo, reforma agrária	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo
25	1	Frigotto G.	2013	Revista Perspectiva	Educação de jovens e adultos	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo

26	3	Golgher A.; Amaral E.; Neves A.	2014	Revista Mediações	Bônus sociorracional	Quantitativa	Documental	Descritivo
27	1	Gomes C.	2015	Revista Brasileira de estudos pedagógicos	Educação comparada	Qualitativa	Bibliográfica	Descritivo
28	1	Grupioni L.	2013	Revista Pro- Posições	Formação de professores indígenas	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo
29	2	Haas C.; Gonçalves T.	2015	Revista Brasileira de educação Especial	Educação inclusiva	Qualitativa/quantitativa	Levantamento	Exploratório
30	3	Klaus V.; Hattge M.; Lockmann K. 2.	2014	Revista Perspectiva	Programa Mais Educação	Qualitativa	Bibliográfico	Explicativo
31	3	Lacerda C.; Albres N.; Drago S.	2013	Revista Educação e Pesquisa	Educação inclusiva	Qualitativa	Documental/levantamento	Explicativo
32	1	Lima P.	2015	Revista Laplage em Revista	Política educacional em Paulo Freire	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo
33	3	Lopes C.; Bortoloto C.; Almeida S.	2016	Revista Perspectiva	Reformas do ensino médio	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo
34	2	Machado C.; Costas F.	2013	Revista de Gestão e Avaliação	Educação inclusiva	Qualitativa	Documental	Descritivo

				Educacional (REGAE)				
35	1	Marques L.	2017	Revista Brasileira de educação no campo	Educação no campo	Qualitativa	Documental/bibliográfico	Exploratório
36	2	Martins A.; Pimenta C.	2014	Revista Educação	Planos Municipais de educação	Qualitativa	Documental	Descritivo
37	1	Martins J. E.	2015	Revista Crítica de Ciências Sociais	Educação de jovens e adultos	Qualitativa	Levantamento	Descritivo
38	2	Martins R.; Flores V.	2015	Revista Brasileira Educação Pedagógica	Programa Nacional de Tecnologia Educativa (ProInfo)	Qualitativa	Bibliográfica	Descritivo
39	2	Matias W.; Lima A.	2015	Revista Laplace em Revista	Educação inclusiva	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo
40	1	Onofre E.	2013	Revista Eletrônica de educação	Processos Educativos (educação na prisão)	Qualitativa	Levantamento	Descritivo
41	1	Pereira A.	2016	Revista Acta Scientiarum. Education	Letramento	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo
42	2	Pereira N.; Silva J.	2014	Revista Perspectivas em Gestão e conhecimento	Letramento	Qualitativa	Documental/bibliográfico	Exploratório e descritivo

43	2	Peroni V.; Flores M.	2014	Revista Educação	Plano Nacional de educação	Qualitativa	Documental	Descritivo
44	3	Ramalho M.; Reis A.; Nogueira R.	2013	Revista Interfaces da educação	Educação à distância, formação de professores	Qualitativa	Bibliográfica	Descritivo
45	4	Rodrigues A.; Marques D.; Rodrigues A. M.; Dias G.	2017	Revista Educação e Realidade	Educação no campo	Qualitativa	Levantamento	Exploratório
46	3	Rosa G.; Grosch M.; Lorenzini V.	2017	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Formação continuada de professores.	Qualitativa	Documental/bibliográfico	Exploratório
47	1	Santos J. M. C. T.	2015	Revista Estudos em Avaliação Educacional	Ensino Médio Inovador	Qualitativa	Levantamento	Descritivo
48	3	Scheuermann A.; Jung H.; Canan S. 3.	2017	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Programa Mais Educação	Qualitativa	Documental	Descritivo
49	1	Segenreich S.	2014	Revista Eletrônica de educação	Ensino superior	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo
50	1	Souza D.	2014	Revista Estudos em Avaliação Educacional	Plano Nacional de Educação	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo

51	2	Souza K.; Rozemberg B.	2013	Revista Educação e Pesquisa	Educação em saúde na escola	Qualitativa	Levantamento	Descritivo
52	1	Souza L.	2017	Revista Prática Docente	Reforma educacional	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo
53	1	Subirá J.	2013	Revista Brasileira de estudos pedagógicos	Remuneração dos professores	Qualitativo	Bibliográfico	Descritivo
54	3	Tavares L.; Santos L.; Freitas N.	2016	Revista Brasileira de educação especial	Educação inclusiva (especial), formação de professores	Qualitativa	Levantamento	Descritivo
55	3	Vieira J.; Ramalho C.; Vieira A.	2017	Revista online de Política e Gestão Educativa	Plano Nacional de educação (PNE)	Qualitativa	Bibliográfico	Descritivo

APÊNDICE B – PORTAL UTILIZADO PARA BUSCA DOS DADOS

Portal de
Periódicos
CAPES/MEC

Perguntas frequentes Contato

Nova Busca

Convidado(a) Meu Espaço Minha conta Identificação Ajuda

.periodicos.
CAPES

BUSCA

Buscar assunto
Buscar periódico
Buscar livro
Buscar base

INSTITUCIONAL

Histórico
Missão e objetivos

no assunto contém políticas públicas em educação OR
no assunto contém políticas públicas de educação

Data de publicação: Últimos 5 anos
Tipo de material: Artigos
Idioma: Qualquer idioma
Data Inicial: 01 01 2013
Data Final: 31 12 2017

Selecione bases de dados para busca

Buscar Clear Busca simples

Personalize your results

Resultados de 1 - 10 para 105 para Portal de Periódicos

Ordenado por: Relevância

1 2 3 4 5

APÊNDICE C - PORTAL UTILIZADO PARA A CLASSIFICAÇÃO QUALIS

Qualis Periódicos

* Evento de Classificação:
CLASSIFICAÇÕES DE PERIÓDICOS QUADRIÊNIO 2013-2016

Área de Avaliação:
-- SELECIONE --

ISSN:
-- SELECIONE --

Título:
☒ Revista Acta Scientiarum. Education

Classificação:
-- SELECIONE --

Consultar Cancelar

Periódicos

ISSN	Título	Área de Avaliação	Classificação
2178-5198	REVISTA ACTA SCIENTIARUM. EDUCATION	LINGÜÍSTICA E LITERATURA	B4

Início Anterior 1 Próxima Fim